



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO  
XVI CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**PRIMEIRA PROVA ESCRITA DISCURSIVA  
Cuiabá – Mato Grosso  
22 de agosto de 2010**

**INSTRUÇÕES AO CANDIDATO**

01. A prova terá duração de 04 (quatro) horas.
02. Deverá ser redigida exclusivamente com caneta de tinta azul ou preta indelével.
03. Confira se o caderno de prova contém 20 (vinte) folhas todas timbradas, pautadas e numeradas. Existindo falha, chame o fiscal. Reclamações posteriores não serão aceitas.
04. Eventual rascunho não será considerado para atribuição de nota. **Caso deseje se valer de rascunho, utilize as folhas 19 e 20 do próprio caderno de respostas.**
05. É vedada consulta a quaisquer anotações ou dicionários, sendo permitido recorrer exclusivamente a textos legais, sem comentários ou notas explicativas. **Nos termos do art. 46 da Resolução 75/CNJ poderá haver consulta à legislação desacompanhada de anotação ou comentário, vedada a consulta a obras doutrinárias, súmulas e orientação jurisprudencial.**
06. Em nenhuma hipótese poderá o candidato valer-se de material de outrem.
07. **Não** é permitida a utilização de corretivos líquidos e, na hipótese de erro, o candidato poderá utilizar-se de riscos, parênteses ou valer-se da palavra “digo”.
08. Os fiscais não prestarão esclarecimentos a respeito do conteúdo da prova. A interpretação das questões integra a avaliação.
09. Ao terminar, o candidato deverá devolver o caderno de prova, **não** destacando o cartão de identificação.
10. Não é permitido escrever nada no caderno de prova que possa levá-lo a ser identificado (assinatura, rubrica, desenho, figura, etc.). Qualquer identificação importará na eliminação do candidato.

**COMISSÃO DE CONCURSO**

Primeira prova escrita discursiva do XVI Concurso Público para provimento de cargo de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.

### **QUESTÕES**

1. Pode o empregador exercer o seu direito potestativo de efetuar a despedida em massa dos trabalhadores? De que forma devem ser solucionados os conflitos ou tensões entre os princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana, valorização social do trabalho, livre iniciativa e direito de propriedade? (valor 2 pontos)
2. Fale sobre a possibilidade de penhora sobre o faturamento da empresa na execução trabalhista à luz dos princípios da duração razoável do processo, função social da empresa e o interesse coletivo. (valor 2 pontos)
3. Fundamente seu entendimento acerca da aplicabilidade ou não do artigo 745-A, do CPC, na execução trabalhista. (valor 2 pontos)
4. Discorra sobre os efeitos da interposição de recurso ordinário parcial no processo do trabalho e o prazo para propositura de ação rescisória acerca de matéria que não foi objeto do aludido recurso. (valor 1 ponto)
5. Comente acerca das figuras do grupo econômico rural e consórcio de empregadores rurais. (valor 1 ponto)
6. Discorra sobre a antinomia jurídica, suas espécies e critérios de solução, inclusive quando da ocorrência de antinomias de segundo grau. (valor 1 ponto)
7. Comente sobre a pronúncia ou não da prescrição de ofício e cabimento da prescrição intercorrente no processo do trabalho. (valor 1 ponto)